



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

OFÍCIO Nº. 045/2026-GP

Cajazeiras – PB, 23 de janeiro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor
LINDBERG LIRA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Cajazeiras
Ed. Francisco Matias Rolim – Casa Otacílio Jurema
Cajazeiras – PB

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei que dispõe sobre a organização da jornada escolar e a oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Cajazeiras-PB.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste solicitar a convocação de sessão extraordinária dessa Casa Legislativa, conforme estabelecido na lei orgânica do município, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº ____/2026, que dispõe sobre a organização da jornada escolar e a oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Cajazeiras - PB, em conformidade com as Diretrizes Nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, e que revoga integralmente a Lei Municipal nº 3.094/2024.

A urgência da matéria justifica-se pela necessidade de garantir segurança jurídica e continuidade das políticas educacionais já implantadas, bem como pela importância de alinhar o Sistema Municipal de Ensino às normas nacionais vigentes, assegurando o pleno desenvolvimento dos estudantes e a efetividade do direito à educação.

Certa da atenção e do compromisso de Vossa Excelência e dos demais vereadores com o fortalecimento da educação em nosso município, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

MENSAGEM ____/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Cajazeiras,

Encaminhamos à elevada apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre a organização da jornada escolar e a oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Cajazeiras - PB, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

A proposta estabelece que a ampliação da jornada escolar ocorra de forma gradual e responsável, observando a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, a capacidade física e operacional da rede, o planejamento educacional local e a pactuação com a comunidade escolar. Além disso, reafirma a autonomia pedagógica das unidades de ensino, assegurando que cada escola, em diálogo com sua comunidade, possa elaborar e executar seu projeto pedagógico em consonância com as diretrizes nacionais e municipais.

Com esta medida, Cajazeiras avança na consolidação de uma política educacional comprometida com a qualidade e a equidade, fortalecendo o direito à educação pública e gratuita e promovendo melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento integral para nossas crianças e jovens. Trata-se de um passo fundamental para alinhar o sistema municipal às metas nacionais e locais, garantindo que a educação em tempo integral seja implementada de forma consistente, sustentável e democrática.

Diante da relevância da matéria e de seus impactos positivos para o futuro da educação em nosso município, submetemos o presente Projeto de Lei à análise e aprovação dos nobres vereadores, certos de que sua aprovação representará um marco importante na construção de uma rede de ensino mais inclusiva e de qualidade social.

Renovo votos de elevada estima e consideração.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB, Estado da Paraíba, em 23 de janeiro de 2026.


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional



PROJETO DE LEI Nº ____/2026

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR E DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAJAZEIRAS-PB, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES NACIONAIS FIXADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, E REVOGA INTEGRALMENTE A LEI MUNICIPAL Nº 3.094/2024.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, no fiel uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, em amparo ao disposto na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis à espécie, submete e solicita a apreciação da Câmara Municipal a seguinte proposta normativa, dispondo que:

Art.1º Esta Lei dispõe sobre a organização da jornada escolar, a oferta de educação em tempo integral e a estruturação do tempo pedagógico no Sistema Municipal de Ensino de Cajazeiras - PB, em consonância com:

- I – a Constituição Federal;
- II – a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);
- III – a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025;
- IV – o Plano Municipal de Educação.

Art.2º Para fins desta Lei considera-se:

I – jornada escolar: período diário de permanência do estudante na escola, contemplando um percurso formativo contínuo e orgânico na perspectiva do desenvolvimento pleno.

II – educação em tempo integral: organização educacional que amplia o tempo de permanência do estudante na escola, com atividades articuladas ao projeto pedagógico, conforme diretrizes nacionais, contemplando as suas dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional, física e o pleno exercício dos direitos de aprendizagem dos educandos.

III – projeto pedagógico: instrumento de autonomia da unidade escolar, elaborado com a participação da comunidade escolar.

Art.3º A jornada escolar no Sistema Municipal de Ensino será organizada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Resolução CNE/CEB nº 7/2025, respeitadas:

- I – a etapa e a modalidade de ensino;
- II – as especificidades dos estudantes;
- III – as condições pedagógicas, estruturais e administrativas das unidades escolares.

Art.4º A ampliação da jornada escolar ocorrerá de forma gradual, observada:

- I – a disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
- II – a capacidade física e operacional da rede municipal;
- III – o planejamento educacional local;
- IV – a pactuação com a comunidade escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

Art.5º A oferta de educação em tempo integral no Município de Cajazeiras - PB tem como finalidade o desenvolvimento integral do estudante, considerando as dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

Art.6º As atividades desenvolvidas no âmbito da educação em tempo integral deverão:

- I – estar integradas ao projeto pedagógico da escola;
- II – respeitar as diretrizes nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- III – valorizar práticas pedagógicas diversificadas;
- IV – observar a realidade sociocultural local.

Art.7º As unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino terão autonomia pedagógica, nos termos da legislação vigente, para organizar sua proposta educacional, respeitados os parâmetros desta Lei e das normas nacionais.

Art.8º A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico e pedagógico às unidades escolares para a implementação da jornada ampliada e da educação em tempo integral.

Art.9º A implementação das disposições desta Lei será regulamentada por atos do Poder Executivo Municipal, vedada a criação de obrigações não previstas na legislação nacional.

Art.10º. As ações decorrentes desta Lei serão executadas sem prejuízo da continuidade das políticas educacionais já implantadas, desde que compatíveis com as diretrizes nacionais vigentes.

Art.11º. Ficam convalidados os atos administrativos praticados com fundamento na legislação anterior até a data de entrada em vigor desta Lei, desde que não contrariem as diretrizes nacionais e o disposto nesta norma.

Art.12º. Os recursos financeiros necessários para a implementação e execução desta lei serão provenientes das dotações orçamentárias já previstas no orçamento municipal vigente, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

Art.13º. Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº 3.094/2024 em todos os seus dispositivos.

Art.14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS – PB, Estado da Paraíba, em 23 de janeiro de 2026.


MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA
Prefeita Constitucional